O ALUNO DO CURSO SUPERIOR NOTURNO UM ESTUDO DE CASO

Cleide Lugarini de Andrade
Da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira

Marilia Pontes Sposito

Da Faculdade de Educação da USP

Este artigo apresenta algumas constatações decorrentes de projeto de pesquisa realizado em 1984 como parte do Programa de Avaliação da Reforma Universitária. O estudo em questão denominou-se: "As Especificidades do Curso Superior noturno": o trabalhador-estudante" e foi desenvolvido por: Carmem Sylvia Vidigal de Moraes, Célia Regina Guidon Falótico, Cleide Lugarini de Andrade, Iná Camargo Costa e Maria Thereza Souza Pinto sob a coordenação de Marilia Pontes Sposito e com o auxílio de Waldir Cauvilla.

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de pesquisa realizada com alunos de curso superior noturno. A intensa expansão do ensino de 3º grau noturno e particular nas duas últimas décadas produziu alterações significativas no perfil do jovem estudante de ensino superior. O estudo procurou retratar este perfil considerando dupla situação de trabalhador e estudante que imprime características peculiares a este jovem. As relações com a família, trabalho, mundo social e a escola são examinadas a partir das representações desses jovens, colhidas por meio de questionários, debates, entrevistas e situações de sala de aula.

SUMMARY

This article presents results of research realized wich night high school students. The intense expansion of the university private and in the night time the last two decades produced important changes in the profiel of the young student of high level. The study tried to describe this situation considering the double position of labores and student wich gives peculiar caractheristics to this young people. The relations wich the family, the work, the social world and the university are examined by researches of theirs ideas through questionaires, interviews and activities in school class.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sob vários aspectos pode ser analisada a evolução do ensino superior brasileiro nos últimos anos. Contudo, dentre os problemas gerados pelas alterações ocorridas nesse nível de ensino ressalta aquele provocado pela sua expansão interna, particularmente sob a forma de cursos particulares noturnos em faculdades isoladas.

Essa expansão, observada em alguns centros como São Paulo, provocou alterações profundas na cliente-la dos cursos. Contingentes cada vez mais heterogêneos e de origem social diversa têm acesso hoje ao ensino de 3º grau noturno. Grande parte dos alunos passou a ser recrutada dos segmentos desprivilegiados da população e arca, há vários anos, com o ônus do seu próprio sustento, conciliando essa atividade remunerada com a freqüência aos cursos regulares, quer de 1º ou 2º graus como os de nível superior.

Trazendo, ao entrar na faculdade, todas as dificuldades que envolvem a difícil articulação da condição de trabalhador e estudante, este aluno, na maioria das vezes, encontra instituições despreparadas para enfrentar essa nova situação. A relação desse estudante com o ensino formal é bastante conflituosa, pois se realizou sob a égide de uma escolarização que reproduziu, ao longo dos anos, as desigualdades sociais originadas nas diferentes esferas de organização de vida coletiva. Desfavorecidos por uma escola que acentuou as diferenças de classe (ao invés de lutar por relativizá-las), esses alunos acabam por encontrar um ensino superior que reforça essa estratificação social, outorgando-lhes apenas um certificado de conclusão de curso que traduz de modo meramente formal a sua habilitação. Na realidade, esse aluno do curso noturno, que reúne a condição de trabalhador e estudante, pouco cresceu intelectualmente e mal adquiriu formação profissional.

A medida em que se procura enfrentar, com seriedade, a tarefa de formação deste aluno no ensino superior, alguns problemas cruciais emergem dessa atividade acadêmica. Em primeiro lugar, surgem as dificuldades relativas ao conhecimento real do aluno que frequenta os cursos, sua trajetória, seu universo existencial, suas expectativas e aspirações. Pouco se conhece sobre esse aluno e nossos trabalhos tendem a se desenvolver nos moldes tradicionais. Assim, os impasses que aparecem ao longo do curso podem ser identificados pela observação de vários sintomas facilmente perceptíveis: as dificuldades de linguagem oral e escrita, a aversão do aluno ao texto de conteúdo mais denso, a ausência de pensamento mais abstrato que possa captar os pressupostos do conhecimento teórico, o desinteresse pela atividade acadêmica, o ritualismo na execução da programação, o baixo "rendimento escolar",

Diante dessas dificuldades torna-se tarefa importante responder aos desafios propostos pelos cursos superiores noturnos, se não quisermos engrossar as fileiras dos que propugnam pelo seu esvaziamento e eventual extinção ou reforçar o mito da ascensão via diplomas, omitindo os reais obstáculos que envolvem a formação profissional do estudante.

Desse modo, a pesquisa realizada procura abrir uma possibilidade de análise em torno dessa problemática mais ampla — o curso noturno superior e sua população "o trabalhador-estudante" — para se chegar a uma proposta de trabalho acadêmico mais adequada junto a esses alunos que têm o direito de receber um ensino de boa qualidade e de sair habilitados profissionalmente para enfrentar as vicissitudes do mercado de trabalho.

O trabalho desenvolveu-se com alunos dos primeiros anos dos cursos de Ciências Sociais, Letras e Pedagogia, reunidos no Ciclo Básico da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira, em São Paulo, durante o ano de 1984.

Breve Histórico da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira

A Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira foi fundada pelos padres jesuítas, em 1955, na cidade de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro.

Ainda sob a direção dos iesuítas, a Faculdade transfere-se para São Paulo no ano de 1966, indo abrigar-se, inicialmente, no Campus da Via Anhanguera, Km 26. É por volta de 1969 que a Medianeira passa a ter um duplo local de funcionamento. No Km 26 eram ministrados o curso regular de Filosofia, os cursos de Ciências Sociais, Letras e Pedagogia em regime intensivo — período de férias —, e algumas disciplinas destes mesmos cursos regulares ou extensivos. Grande parte das disciplinas dos cursos mantidos pela Faculdade, exceção feita à Filosofia, passa a ser ministrada em seu "Departamento Urbano", como era conhecida a sede da Medianeira no Colégio São Luís, na Avenida Paulista, centro de São Paulo. Em 1978 a Faculdade integra-se difinitivamente ao Complexo Educacional São Luís, somando-se ao próprio Colégio, à Faculdade de Economia e aos cursos noturnos de 1º e 2º

No final dos anos 60, a Faculdade Medianeira, cuja população estudantil era constituída quase que exclusivamente de futuros padres jesuítas, começa a receber um outro tipo de aluno. Jovens leigos que acorriam aos vestibulares, passam a ver na Medianeira mais uma opção para a realização de seus cursos superiores, numa época tão difícil para se ingressar no 3º grau. De aproximadamente 200 alunos em 1968 a Faculdade passa, entre 1969 a 1974 — anos de transição da Via Anhanguera para a Avenida Paulista —, a contar com aproximadamente 700 alunos, número ainda relativamente pequeno se considerarmos as condições de instalações, biblioteca e corpo docente de que a instituição dispunha.

Fatores ligados à sociedade mais ampla como a conclusão do 2º grau por indivíduos oriundos das camadas menos privilegiadas economicamente, o fim do milagre econômico e o conseqüente empobrecimento dos setores médios, aliados a modificações internas na Medianeira, especialmente a que levou à abertura de grande número de disciplinas no período noturno e o funcionamento do 1º ano — Cíclo Básico à noite, con-

tribuem para uma mudança radical do tipo de aluno que agora freqüenta esta escola. Em 1974-75 a população estudantil da Medianeira é formada, quase que exclusivamente, por pessoas que trabalham no período diurno e estudam à noite.

Atualmente conta com um número aproximado de 600 alunos. Mantém os cursos de Ciências Sociais, Pedagogia e Letras no noturno e o curso de Filosofia, que congrega menos de 10% do total de alunos, no período diurno.

A Medianeira vem desenvolvendo desde os primeiros tempos, a mesma forma de recrutamento de aluno¹; ou seja, é o próprio alunado quem divulga a escola. Com isso a Faculdade tem, ao longo de sua existência, arcado com as vantagens e o ônus de ser uma escola pequena. Se de um lado isto favorece o encaminhamento dos trabalhos pedagógicos e administrativos no interior da unidade escolar, por outro, as oscilações econômicas por que vem passando a sociedade brasileira traz dificuldades a todas as instituições, sendo que no caso das de pequeno porte a ameaça é ainda maior. Mesmo que as condições internas possibilitem um trabalho de bom nível, o problema da diminuição do número de alunos que procuram os cursos superiores pode, mais dia menos dia, afetar ou, pelo menos, impedir que se avance nas exigências que o trabalho atual possa colocar.

NOTA METODOLÓGICA

Em sua origem, a proposta de investigação do perfil do aluno do curso noturno decorreu dos problemas e dos impasses que emergiam de nossa atividade enquanto professores. Assim, o processo de pesquisa desenvolveu-se ao lado de atividade em sala de aula, trazendo vantagens, conflitos e algumas dificuldades, imprimindo características especiais a esta pesquisa exploratória.

Outro aspecto que norteou o desenvolvimento do processo de pesquisa foi a decisão, tomada pela equipe, de compartilhar com o aluno os seus vários momentos. Tal decisão não significou em nenhum momento assumir orientações próprias da pesquisa participante ou pesquisa ação, definidas por vários pesquisadores contemporâneos. Não descartamos a riqueza de tais orientações metodológicas nem aceitamos a tradicional dicotomia que se faz entre pesquisa tradicional - acadêmica - e "pesquisa participante". Acreditamos, como afirma José de Souza Martins que, mais do que tipos irreconciliáveis — como algumas pessoas acreditam que seja o caso entre a "pesquisa acadêmica" e a "pesquisa participante" - são modalidades de trabalho científico, pedagógico e político que, dentro de uma ação mais ampla podem ser sequentes e complementares (apud Brandão, 1984, p.251).

Consideramos, para este estudo, mais adequada a designação dada por Martins de "pesquisa compartilhada" onde os objetivos propostos por um programa antecedente não impedem e até requerem a participação dos sujeitos nela envolvidos. Assim, mais do que discutir a metodologia da pesquisa e tentar designá-la como participante, ou não, o problema se desloca para o da participação, em nosso caso, do aluno no processo de pesquisa.

Optamos, também, por tentar compreender o universo desse aluno por meio da análise de suas representações.² Este caminho nos levava a considerar que: "O fato de que a dimensão pensada dessa prática acontece dentro de cada sujeito não lhe retira sua materialidade, na medida em que estar dentro dele não significa que nasceu aí, por inspiração divina ou intuição. Como se constituiu então? A partir das idéias e concepções socialmente existentes a respeito da prática em questão, materializadas ou não num texto. A representação, que inclui a expectativa, é portanto sempre social, ainda que cada sujeito em particular reelabore esse conjunto de idéias socialmente disponível" (Mello, 1982, p.8).

A coleta de dados compreendeu as seguintes etapas:

- 1. Apresentação do projeto e construção de *questio*nário junto com os alunos para possibilitar uma primeira caracterização do perfil.
- 2. Debates foram realizados 10 debates com grupos de 5 alunos para discussão de temas que surgiram dos resultados da tabulação do questionário: cultura de massas, jovem, a questão feminina, trabalho e participação política (naquela conjuntura os alunos haviam acompanhado a campanha pelas eleições diretas e, também, realizado eleições para o Diretório Acadêmico).
- 3. Depoimentos e entrevistas realizamos 16 depoimentos e cerca de 20 entrevistas com alunos do Núcleo Experimental do Curso Básico. As entrevistas foram gravadas e realizadas sem roteiro prévio. Procuramos deixar que o aluno falasse o mais possível de sua vida e de si mesmo para tentar captar com maior profundidade o universo de suas representações. As entrevistas dos alunos do Núcleo Experimental não foram gravadas, seguiram um roteiro mínimo de caracterização acrescido de anotações de acompanhamento, tanto por parte da entrevistadora, quanto por parte dos professores do Básico que se dispuseram a fazê-lo.
- 4. Registro das experiências de trabalho realizadas pela Cadeira de Sociologia Geral em todas as classes do Ciclo Básico. O programa dessa disciplina foi estabelecido em função do projeto e propôs uma série de atividades que contribuíram para o desenvolvimento do mesmo.

Finalmente, vale a pena reiterar que nos limitamos a reconstituir o perfil do aluno da Medianeira.

¹ Em 1986 a Medianeira não realizou vestibular. De acordo com informações da diretoria, os jesuítas estão "em processo de revisão de sua atividade educacional no âmbito do 3º grau".

² Já na introdução metodológica do Projeto afirmávamos que "ao captar o universo de representações dos alunos estamos captando sua prática" pois, como afirma M. Chauí, "pensar e representar são momentos da práxis tanto quanto agir, este e aqueles exprimindo, dramatizando ou ocultando uns aos outros no movimento pelo qual uma Sociedade se efetua como Sociedade determinada" (Chauí et al., s.d., p.9).

A utilização de técnicas quantitativas (questionário) teve como fundamento a necessidade de se enriquecer a análise qualitativa - núcleo fundamental da pesquisa - com uma caracterização inicial que já suscitasse os elementos que permitiriam captar com maior profundidade suas representações em outras etapas de levantamento de material. Consideramos que sob a ótica quantitativa a generalização empírica ou probabilística dos dados seria indevida, pois tínhamos desde o início, de modo evidente, a consciência clara de que estávamos construindo um estudo de caso. Em geral, o estudo de caso tem sido avaliado em contraposição aos estudos estatísticos e, como afirma José de Souza Martins (1973, p.37) tal fato "por si mesmo já introduz, na avaliação, um pressuposto sobre a natureza do conhecimento científico. . . Desde que se dá o privilegiamento da generalização empírica e probabilística na produção do conhecimento científico o alcance e a importância do caso ficam reduzidas, deslocado que é para um plano secundário"

Mais do que um estudo de valor heurístico, o estudo de caso, quando bem sucedido traz contribuições para o desenvolvimento do conhecimento, pois "O caráter científico do procedimento se explicita então não pela generalização empírica e probabilística, mas pela generalização que se alcança desvendando como o caso se configura a partir das mediações que estruturam a totalidade concreta, isto é, rebatendo o fenômeno e o conhecimento para a sua concreticidade" (Martins, 1973, p.40).

O PERFIL MÉDIO DOS ALUNOS PESQUISADOS

Este perfil médio baseia-se em questionários aplicados ao longo do trabalho de pesquisa em toda a população do Ciclo Básico (cerca de 101 alunos). Em todos eles propusemo-nos a investigar cinco temas a saber: dados pessoais, escolaridade, família, ocupação e lazer/cultura. Os dados aqui apresentados constituem-se em resumo do material quantitativo por nós coletado. Dessa forma, enfatizaremos apenas os aspectos principais dos resultados obtidos.

Dados Pessoais

A maior concentração de alunos (71,28%) está na faixa de 18 a 25 anos de idade, sendo que 21,78% têm de 26 a 30 anos de idade, 4,98% entre 31 e 40 anos e 0,99% mais de 40 anos. Do mesmo modo, apenas 1 aluno (0,99%) tinha menos de 18 anos por ocasião da coleta de dados.

Observa-se ainda que a concentração da idade entre 18 e 25 anos se repete no que se refere ao estado civil, onde apenas um pequeno grupo é ou já foi casado, tanto no que se refere aos homens quanto às mulheres.

Verificou-se, também, que praticamente a metade do alunado nasceu na capital de São Paulo (51,78%), seguindo-se os nascidos em outros estados (29,46%), os nascidos no interior do estado de São Paulo (15,17%) e um pequeno grupo de estrangeiros (1,78%).

Outros aspectos significativos dizem respeito ao repouso e à regularidade e quantidade de refeições diá-

rias. Trabalhar e estudar ao mesmo tempo representa, como pudemos constatar, uma pesada quota de desgaste físico, aliada à alimentação precária e irregular, que caracteriza uma boa parte do alunado.

Outro dado investigado foi a participação desses jovens em grupos políticos, religiosos, culturais, de lazer e outros. Os resultados obtidos são relevantes para a análise, uma vez que 47 alunos estão ligados a alguma atividade (45,5%) e 54 alunos não estão (53,46%).

Verificou-se que a maior incidência de atividades vincula-se a movimentos religiosos (55,31%), destacando-se a Pastoral Católica, as CEBs e os Movimentos de Jovens, entre outros.

As atividades de lazer vêm em segundo lugar, com ênfase para esportes praticados em clubes ou não (futebol, natação, tênis, volei) e referências esporádicas a jazz (1 aluno), praia (1 aluno) e boite (1 aluno).

Quanto à participação política, ainda que minoritária num grupo de 101 alunos, vincula-se à militância no PT (1), em sindicato (1), no PCB (1), em movimentos operários (1) e no "Alutaris" (1).

Finalmente, temos registro de participações em grupos de universitários (1), movimento de educação popular (1), escotismo (1) e comunidades carentes(1).

A religião, especialmente ligada ao Cristianismo, foi massivamente declarada pelos alunos. É pouco expressiva a parcela que se declara sem "nenhuma" religião (2,97%) ou nada informa (5,94%). Por outro lado, a questão que indagou da importância da religião na vida do aluno apresentou uma freqüência de 72,28% para a resposta "é muito importante" e 23,76% para a resposta "não é importante".

Na questão referente a "Interesses e Preocupações dos Alunos" a maior freqüência de respostas incide sobre problemas sociais brasileiros, entre os quais destacam-se as questões políticas (26 respostas), a fome (inclusive sobre a situação do Nordeste, 4 respostas). Este tema apresentou 45 respostas.

Em segundo lugar aparecem os temas relativos ao lazer que incorporam cinema, teatro, passeios, variedades, arte, música, futebol e esportes (33 respostas).

Vêm em terceiro lugar, no campo de interesses e preocupações dos alunos, as questões econômicas como: dificuldades de pagamento da faculdade (4 respostas), emprego, desemprego, baixos salários, custo de vida, crise (28 respostas), num total de 32 respostas.

Em seguida surgem as questões relativas à afetividade: namoro, realização pessoal, amizades, inveja, falsidade, desentendimento, bem estar do outro (17 respostas). Ao que tudo indica, sexo (1) e tóxicos (1) continuam sendo temas tabu, assim como moda (1).

Verificamos, desse modo, que há uma grande diversidade de assuntos que ocupam o campo de reflexão desses jovens; a questão financeira, origem da maioria de seus problemas, passa pela crise política, pelo custo

³ O alutaris é um movimento de jovens que existe em alguns estados do Brasil. A caracterização, como político, foi atribuido pelo entrevistado.

de vida e permeia o seu cotidiano. Talvez seja esse o motivo que justifica a presença desses temas com boa frequência de respostas.

O momento político vivido pelo povo brasileiro no momento em que se realizava esta pesquisa — A campanha das *Diretas: Já!* — não pode ser ignorado também, pois foi com este "pano de fundo;" que invadiu o cotidiano das pessoas, que se passou a discutir questões partidárias, a dívida brasileira, os compromissos com o F.M.I. e tantas outras.

Por outro lado, os depoimentos confirmaram que temas como "sexo" e drogas" ainda são tratados como tabu e se restringem a reservadas conservas de bastidores.

Escolaridade

Considerando-se o início da vida escolar regularmente aos 7 anos, verificamos que os alunos que não foram reprovados, não interromperam os estudos e chegaram em 1984 ao primeiro ano de um Curso Superior deveriam ter ingressado na escola em 1972 (se computado até 1 ano de Cursinho) ou em 1973 (se aprovados no vestibular imediatamente após a conclusão do 29 grau). Entretanto, temos apenas 4% de alunos que ingressaram na escola em 72 e 2% que o fizeram em 73, estando, desse modo, na faixa etária adequada à escolaridade um grupo que corresponde apenas a 6% do total do universo pesquisado.

A distorção série/idade, fenômeno que se apresenta acentuado já na análise do alunado do 1º grau, reflete aqui suas conseqüências, ainda que neste momento não se desça a uma análise mais profunda de suas causas internas e externas à escola.

As maiores incidências de atraso estão concentradas entre 2 e 5 anos (totalizando 43,56% do universo pesquisado), sem desprezar a grande incidência de atraso de 9 anos ou mias (23,76%), explicando, desse modo, a presença de alunos na faixa etária superior a 30 anos que iniciam neste momento o curso universitário.

O atraso escolar nos encaminhou de início para a questão da reprovação. Verificamos, entretanto, que esta não é a principal causa a que pode ser atribuído o atraso, uma vez que dos 101 alunos, apenas 33 (32,67%) foram reprovados no 1º grau, contra 67,32% nunca reprovados. Esse grupo é constituído, portanto, massivamente de alunos razoavelmente bem sucedidos na escola, que não chegaram a sofrer a "pressão do sistema" que leva à evasão e à repetência.

Por outro lado, o tipo de escola e horário dos cursos, tanto a nível de 1º quanto de 2º graus, apresentaramnos outros dados importantes. Quanto ao 1º grau, a maioria dos alunos, de ambos os sexos, cursou escolas públicas — 61,6%; há um número significativo (1/4 do universo analisado) que cursou escolas particulares 26,7%; cerca de 38% freqüentou cursos notunos. Quanto ao 2º grau a maioria dos alunos cursos escolas particulares (35,6%); um grupo significativo cursou escolas públicas e particulares: 18,8% que, somado ao item anterior, perfaz um grupo de 55,4% de alunos que passaram por escolas particulares no 2º grau; — cerca de um terço dos alunos estudou apenas

em escolas públicas (29,7%), o que demonstra que o investimento do poder público neste grau de ensino, por ser insuficiente, acaba por determinar a freqüência às escolas particulares, sem opção para o aluno.

No 2º grau, por outro lado, em qualquer tipo de escola a maior freqüência se concentra no período noturno — 38,6%, que, se somado ao grupo de 17,8% que estudou no diurno e noturno, perfaz 56,4% do grupo, para 28,7% de alunos que estudaram apenas no turno diurno.

No 1º grau a maioria já cursou a escola da reforma da Lei 5.692/71, ainda que tenha sido apanhado por ela no transcurso de sua vida escolar. Mas é significativo o grupo que cursou o antigo ginásio 29,45%; e pouco expressivo o dos que cursaram Madureza ou Supletivo desse grau de ensino — 8,92%.

A maioria dos alunos declara possuir entre 1 e 3 horas diárias para estudo (69,3%), sendo minoritário o grupo que não dispõe de qualquer tempo ou apenas dos fins-de-semana (13,86%). Resta a dúvida de que os alunos talvez tenham computado como "disponível" o tempo correspondente ao almoço ou ao jantar ou o tempo gasto em transporte, o que, de certa forma, explicaria uma aparente incompatibilidade entre o tempo disponível para estudo e o tempo dedicado aos demais afazeres cotidianos, pela maioria (8 hs de trabalho + 2 hs de transporte + 1 h de almoço + 4 hs de faculdade = 15 horas/dia ocupadas, em média, excluindo o tempo para estudo).

As razões apontadas pelos alunos como principais causadoras do abandono do curso superior prenderam-se especialmente a mensalidades caras e despesas com material escolar (45%); falta de tempo disponível para estudo (8,45%); esgotamento físico e mental (5,4%); curso distante das expectativas (5,4%); falta de incentivo da família (5%).

Família

Os pais dos alunos que constituiram o universo desta pesquisa se distribuem numa faixa de 41 a 70 anos ou mais, sendo que as maiores concentrações estão nas faixas de 51 a 55 anos (24,75%) e de 46 a 50 anos (17,82%).

Temos 86,25% de pais brasileiros e um pequeno número de imigrantes (12,5%).

Quanto a escolaridade do pai, a maior incidêndia (18) se encontra no primário incompleto, sendo que atinge a 32 o número de pais que estão entre o analfabetismo e o ginásio incompleto (atual 1º grau incompleto).

A variedade de ocupações exercidas pelos pais dos alunos, especialmente na área de serviços, é muito grande. A maior incidência para a denominação genérica "comerciante" muitas vezes inclui prestação de serviços, o que pudemos comprovar pelos depoimentos. Outro aspecto a ser considerado é a presença de agricultores, pecuaristas e comerciantes rurais, até porque muitos dos estudantes deixam suas famílias e se dirigem a um grande centro, como é o caso de São Paulo, em busca de trabalho e de melhores oportunidades de vida (o que inclui o estudo, até o cur-

so superior).

A variação salarial é também bastante acentuada. Verificamos que no grupo existem desde salários que representam a metade ou menos do salário mínimo vigente à época — Cr\$ 97.000 — até salários na faixa de 5 milhões. A maior concentração, entretanto, está na faixa de Cr\$ 200.000 mensais (7) e o intervalo mais significativo entre Cr\$ 200.000 e Cr\$ 600.000 (19 pais).

A maior concentração de idade das mães se encontra na faixa de 46 a 55 anos, aplicando-se-lhes a mesma análise realizada para os pais.

Quanto à nacionalidade, temos grande maioria de brasileiras (88), seguindo-se 5 portuguesas, 2 italianas e 1 japonesa.

Embora muitas sejam profissionalizadas ou já tenham trabalhado, a grande maioria de mães é atualmente constituída por donas-de-casa. Poucas dedicamse a trabalhos mais diversificados.

Na análise dos questinários, quando comparamos profissão e ocupação atual pudemos verificar que cresceu a incidência de donas-de-casa em cerca de 10% no total, embora as ocupações não se tenham alterado significativamente (desapareceram a lavradora, a operária, a advogada e 4 das 5 professoras). Outro dado esclarecedor para entendermos o quadro familiar está no nível de escolaridade da mãe, até porque, numa grande proporção de donas-de-casa, são elas que mais diretamente puderam acompanhar (e ajudar, talvez) a trajetória escolar de seus filhos. A escolaridade em geral é baixa, ainda que se encontre, entre as mães, 8 com o curso superior completo.

A participação no orçamento familiar, não é, como pudemos concluir, numericamente significativa porque é reduzido o grupo de mães que trabalha mas, das que o fazem, a renda é semelhante à dos pais, o que indica uma participação efetiva.

Observa-se entre as mães maior incidência de analfabetismo, ainda que a distribuição entre os graus de instrução se aproxime bastante daquela registrada para os pais. No caso das mães a maioria fica entre o curso primário incompleto e o ginásio completo (atual 1º grau) com a somatória de 69 mães nesse caso (71,87%).

Atividades e/ou ocupações

Dos 101 entrevistados, 85 alunos trabalhavam (84,15%), 12 não trabalhavam (11,88%) e 4 nada informaram (3,96%). Os 12 que não trabalhavam, alegaram situação de desemprego, tendo portanto já constituído parte do grupo produtivo.

Observando que a escolaridade desses alunos não teve um ritmo constante até o 3º grau, tendo provavelmente sofrido interrupções que não podem ser atribuídas à reprovação na escola, procuramos estabelecer o ano do primeiro emprego dos alunos.

Temos, portanto, uma população que tem em média entre 19 e 25 anos, começou a trabalhar com menos de 18 anos cidade (56), enquanto 17 o fizeram aos 18 anos e 21 entre os 19 e os 21 anos. É importante considerar que dentre os 56 que começaram a traba-

Ihar com menos de 18 anos, 15 eram menores de 14 anos! No extremo oposto então 3 alunos que começaram a trabalhar com mais de 21 anos (4 não informaram).

As causas da iniciação precoce no trabalho foram sobretudo de natureza econômica: 79 alunos alegaram "precisar", "problemas econômicos", "sustentar parentes", "pagar os estudos", "manter-se na cidade" (7 são migrantes), "conseguir o próprio sustento". . . Excetuando-se 8 que não informaram os motivos, os restantes indicaram motivos relacionados, ainda que indiretamente, com questões financeiras: "busca de emancipação", "adquirir experiência profissional", "vontade própria", "ser independente".

O primeiro emprego exercido (excetuando-se 8 alunos que nada declararam e 1 aluno que era operário não-qualificado) já foi no setor terciário: 24 como auxiliares de escritório, 10 como bancários, 9 professores, 5 recepcionistas, 7 comerciários, 4 office-boys, 3 balconistas, 2 secretárias. Encontramos, ainda, no grupo, 4 empregadas domésticas, 1 empacotadora de super-mercado, 1 copeira de bar, 1 ajudante de feira, 1 engraxate, 1 auxiliar de costureira, 1 atendente de efermagem e outras atividades que exigiam pouca ou nenhuma qualificação ou aquelas em que o setor de produção aproveita a mão-de-obra mais barata disponível.

Comparando-se as ocupações exercidas na época em que começaram a trabalhar e as ocupações atuais, verifica-se que a frequência à escola provavelmente possibilitou certa "melhora" na escala ocupacional para aqueles que nela ocupavam posições menos valorizadas. É o caso, por exemplo, das empregadas domésticas, boys, "copeira em bar", "ajudante na feira", "engraxate", "auxiliar de costureira" (ao todo, 13 -13.3%), ocupações que desaparecem no quadro atual. Por outro lado, a ocupação de secretária (4 pessoas, no início) aumenta para 22 pessoas. Nota-se, ainda, o aparecimento de maior número de ocupações que pressupõem certa qualificação como "instrumentação cirúrgica", "estagiário em prótese", "assistente administrativo", "assistente operacional", "assistente publicitário", "assistente técnico", etc. O número de bancários permanece quase o mesmo, assim como o de professores, técnicos em computação e vendedores. Desaparece a ocupação "comerciário" indicando a deslocação dos alunos para outras atividades mais qualificadas.

O vínculo empregatício mais frequente é o de assalariados, que aparece em 81,18% dos casos para apenas 2 proprietários e 2 autônomos.

Fica caracterizada para a maioria uma jornada de 40 horas semanais de trabalho, distribuídas por 5 dias da semana.

O salário médio desses alunos está entre 1,5 e 4 salários mínimos, na maioria dos casos. É importante frisar que à época da aplicação do questionário o valor do salário mínimo era de Cr\$ 97.000.

Procurou-se também verificar o grau de participação em sindicatos, dentre os filiados, que somam 40 ou 39,60% do universo estudado. Desses 40 alunos, verificamos que: apenas 7 (17,5% dos filiados) participam de reuniões sindicais; 24 (60% dos filiados)

lêem jornais ou boletins informativos das entidades de classe; 14 (35% dos filiados) participam das eleicões sindicais.

Nesse caso, pudemos constatar que os conhecimentos dos trabalhadores sobre seus direitos, bem como a consciência de uma participação efetiva em órgãos representativos das diversas categorias não estão consolidados entre os trabalhadores-estudantes que lograram chegar ao ensino superior, portanto um grupo de "elite", mesmo no setor terciário.

O que representaria a Faculdade para esses alunos? Dentre as opções que lhes foram apresentadas como respostas, muitos permaneceram incertos e inseguros nas relações trabalho/estudo.

Há o desejo de mudar e a consciência da realidade. Assim, ambos os sentimentos coexistem e, até que ocorra uma possibilidade concreta de mudança, o trabalho fica de certa forma "preservado, poupado", porque representa a própria condição de sobrevivência e a possibilidade de estudar desse trabalhador.

O desejo de mudar de atividade profissional, expresso por 64,35% dos alunos não exclui o aproveitamento das demais possiblidades, caso venham a ocorrer, tais como aumentos salariais, promoções no emprego atual, etc. Parece-nos que, apesar de tudo, estes jovens se mostram extremamente realistas a ponto de jogar com todas as alternativas de que dispõem. Cinismo? Não, talvez muito mais o resultado da experiência de luta para sobreviver num setor da produção em que cada ponto conta (aparência, cultura, desembaraço, "jogo de cintura"!) e "pode decidir uma parada!".

Ganhando relativamente pouco e vindo de família de renda reduzida, especialmente num momento econômico difícil como o que atravessamos, como esses alunos "administram" seu salário e especialmente, quanto a Faculdade e a família consomem desse salário?

Em relação às mensalidades da Faculdade a maior freqüência está em mais de 70% do salário dos alunos (26,73%) seguindo-se 25,74% que atinge a faixa de 30 a 50% do salário e 18,81% que está entre 50 e 70%. Apenas para 13 alunos a mensalidade representa despesa inferior a 30% do salário. Desse modo é possível concluir que os gastos com estudo são "pesados" e representam dispêndio considerável, em detrimento de outras necessidades básicas da vida.

Por outro lado, a contribuição do aluno para a renda familiar expressa em percentuais, mostra que há compromissos dessa ordem, ainda que não tão volumosos quanto no caso anterior: 22,4% dos alunos não participam das despesas da família, enquanto 62,2%, contribuem, em graus variados, para com o orcamento familiar.

Questionados sobre se havia coerência entre o que estudavam e a profissão exercida, 42 alunos afirmaram que sim, mas 49 disseram que não e 10 não responderam. Entre os que afirmaram existir coerência entre estudo e trabalho, a maioria justifica sua resposta apontando a ligação existente entre o curso escolhido e o exercício profissional. Por exemplo: "Sou professora e faço Pedagogia", "Faço algo ligado ao que

estudo"; "Me aperfeiçõo no trabalho"; "Meu curso é um complemento para o meu trabalho".

Outras justificativas deixam ainda mais clara, nesses casos, a escolha de um curso superior diretamente ligado às necessidades de aperfeiçoamento profissional: "Sou secretária e estudo Letras"; "Lido com pessoas e a Faculdade me ajuda a me comunicar com mais firmeza"; "Acho que uma secretária tem que escrever bem, falar bem, ser informada", "É muito importante uma pessoa bem informada na função que exerco".

Apenas um aluno remete a escolha do curso a sua aspirações de "realização pessoal": "Eu me realizo pessoalmente com o que estudo"! Ainda, outros dois alunos sugerem, nas suas respostas, a escolha de um curso que possibilite uma compreensão maior da sociedade: "Nada está fora de coerência entre a Sociologia e o que se faz".

De qualquer modo, apesar da afirmação de coerência dada por 41,5% dos alunos, que de certa forma "preservam o trabalho", não é fácil imaginar a coerência existente entre o trabalho burocrático e o mundo de pastas e arquivos nos quais a maioria está mergulhada e o tipo de estudos acadêmicos que fazem. Quanto aos que disseram existir incoerência entre o estudo e o trabalho, a maioria deixou claro o desligamento, o afastamento entre o curso escolhido e a realidade do trabalho.

Algumas das respostas parecem expressar a aspiração de que o curso superior abra caminho a uma mudança de profissão. É o que se nota, principalmente, nos alunos que optaram por Pedagogia ou Letras.

Ou, ainda, outras respostas parecem perceber a distância existente como irreversível: "Trabalho com economia e não com opiniões"; "Trabalho na área financeira e não pretendo fazer nanhuma faculdade coerente com a área"; "Não tem nada a ver mas eu gosto do meu trabalho". Temos ainda aqueles que percebem a incoerência mas acreditam que indiretamente o curso ajudará no aperfeicoamento profissional.

Perguntados se mudariam sua opção para seguir carreira universitária em função de seu trabalho, 74 alunos (73,26%) responderam que *não*, e 19 (18,8%) que sim. Temos ainda 8 que não responderam (7,9%).

As justificativas fundamentais dos que mudariam de curso em função do trabalho giram em torno de duas questões: a) ao fato de valorizar mais o trabalho do que o curso; b) à necessidade de sobrevivência e de segurança profissional.

Quanto aos que não mudariam de curso em função do trabalho, transparece uma maior valorização do curso realizado em detrimento do trabalho, porque a ocupação exercida hoje é considerada apenas uma etapa à futura opção profissional para a qual se preparam, no curso superior.

Lazer e cultura

Podemos afirmar duas coisas a respeito da visão e da experiência do lazer entre os alunos pesquisados. Primeiro, trata-se de *relax* no fim de semana. Que o lazer seja assimilado ao fim de semana, não há muito o que estranhar, em se tratando de pessoas que majo-

ritariamente têm 12 horas dos dias "úteis" comprometidas com o trabalho e com a escola. Em decorrência disso, é "natural" que a simples idéia de lazer esteja cronologicamente circunscrita ao fim de semana, entendido como o "tempo livre". Isto porque não há como desvincular lazer de tempo livre, embora, conforme se pôde verificar, o próprio fim de semana nem sempre seja sinônimo de tempo livre. Há uma dificuldade que embora não quantificada, deve ser levada em conta: trata-se do tempo dispendido nas tarefas inadiáveis (escolares, domésticas e familiares), o que reduz a própria margem do que se pode pensar a respeito do lazer. Segundo, há uma dificuldade maior: numa cidade como São Paulo, hoje, não é possível desvincular o lazer da disponibilidade financeira. A situação econômica dos estudantes pesquisados reduz violentamente a própria idéia que eles podem ter de lazer.

É assim que lazer para os alunos significa genericamente a possibilidade de descansar, relaxar as tensões, descontrair, espairecer, dormir, fazer "o que se gosta", não fazer nada, simplesmente ficar em casa, refazer as energias, fugir à rotina e assim por diante. À primeira vista não haveria nenhuma objeção a ser feita, na medida em que essas definições correspondem rigorosamente às que "Aurélio", por exemplo, nos apresenta. É só conferir. Mas só à primeira vista, porque se pensarmos melhores as coisas, verificamos que a premência das circunstâncias só permitiu aos nossos alunos a concepção mais geral e portanto a mais abstrata de lazer. Não podemos nos esquecer de que lazer vem do latim licere, significando ser lícito e cuja família etimológica inclui "licença". A palavra continua, mais do que nunca trazendo esse significado: são poucos os alunos que chegam perto dessa noção, relacionando lazer à sua determinação econômica. Tomando essa "licença" como referência, não podemos, ao analisar as concepções de lazer encontradas, nos esquecer do grau extremo de estratificação econômica a que se chegou também em matéria de lazer no capitalismo tupiniquim e, particularmente, numa cidade como São Paulo, que ao mesmo tempo oferece e nega uma vasta quantidade de formas de lazer, o que certamente leva, conforme a inserção do sujeito, a inúmeras variações, portanto concretizações, do próprio conceito de lazer.

É basicamente a *negação* do lazer moderno que sobressai das declarações dos alunos, é isso que lhes é permitido: a maioria dos alunos passa o fim de semana em casa, com a família ou com amigos.

Esta é, em síntese, a conclusão a que chegamos após uma detida análise das respostas que os alunos registraram para a questão aberta "Como você encara o lazer"?

As respostas à questão, "Como você vive o seu tempo de lazer?" foram em grande parte, uma decorrência do conceito que os alunos possuem e que procuramos esboçar. Tratando-se de questão aberta, que permitia mais de uma resposta, os alunos procuraram expressar as várias formas de utilização do tempo livre, indicando: com familiares e amigos; em cinema, teatro e festas; dormindo, descansando, ouvindo música, praticando esportes e lendo.

Dos 101 alunos, apenas 36 (35,6%) praticam habitualmente algum esporte, sendo que 47 não fazem e 18 não responderam. Os esportes mais apreciados e referidos foram voleibol, ginástica, seguindo-se indicações esporádicas para ballet, *jazz*, tênis, minitênis (não esquecer que a maioria do grupo é constituida por mulheres, solteiras, de 19 a 25 anos).

Procurou-se ainda, detectar os locais que preferencialmente os alunos gostam de freqüentar. Nesse caso, a maioria indicou os *Shoppings* como local preferido, seguindo-se o Parque Ibirapuera, o Centro Cultural São Paulo, a Cidade Universitária, o *Play-Center*.

Consideramos também indispensável uma incursão pela TV, através da questão "Quais os seus programas de TV prediletos?"

Antes de mais nada é preciso registrar, ainda que brevemente, que há entre os alunos uma "resistência" muito acentuada em "confessar" que assistem televisão; 27 alunos (26,73%) deram respostas do tipo: "Detesto televisão", "Não assisto a nenhum programa, não tenho TV".

Entre os 74 alunos que responderam, com várias citações cada, o que não permite uma análise percentual, mas apenas global, obtivemos: 32 citações para filmes; 20 para telejornais; 14 para novelas; 13 para shows musicais; 6 para programas educativos e 4 para humorístico.

A resistência em falar do consumo de TV transpareceu até nos depoimentos, ainda que de forma menos veemente. Seria enganoso supor que, porque este trabalhador-estudante sai cedo de casa e chega nunca antes da meia-noite, a TV deixe de se constituir numa presença, mesmo que de forma mais acentuada nos feriados, fins-de-semana e nas férias escolares. E não é somente à TV que devemos voltar nossa atenção; poderosos meios de comunicação de massa como o rádio e os jornais também precisam ser considerados. Em muitas empresas a música ambiente proveniente de alguma emissora de FM, de tipo "pasteurizado", impregna os ouvidos dos funcionários por toda a jornada de trabalho. O mesmo ocorre nos *Shoppings*, nos supermercados, nos grandes magazines e até em algumas escolas.

Parece-nos possível constatar que a saturação que levou o hábito, de um lado, e o provável preconceito recém-adquirido com o ingresso numa Faculdade onde o novo status afasta desses veículos de massa (ao menos sob o ponto dè vista do discurso) devem estar levando os alunos a manifestarem, nas respostas, um vazio que sem dúvida estará preenchido, embora não o desejem divulgar, exatamente pelos meios de comunicação de massa!

As questões sobre a leitura de jornais completou nossa incursão sobre o "mundo do lazer" desses alunos. Pelas respostas percebemos que há maior concentração nos três principais periódicos que circulam neste Estado, embora a freqüência da leitura e o tipo de seções apreciadas não cheguem a delinear leitores assíduos de jornal, apenas eventuais. Assim, 44 leitores preferem jornais do grupo Folha da Manhã S/A e 44 preferem jornais do grupo O Estado de São Paulo. A questão relativa à freqüência de leitura seguramente indica que o hábito de "ler jornal" entre os alunos ain-

da está por ser consolidado. Apenas 19,80% lêem jornal todos os dias; 25,74% raramente e 23,75% lêem duas ou três vezes por semana.

Apesar de ser grande a listagem das seções prediletas dos leitores, as indicações com maior freqüência não variaram muito, somando-se 56 para "Política"; 24 para "Variedades"; 12 para "Educação"; 16 para "Editorial"; 16 para "Economia" e 10 para "Manchetes", assim como para "Esportes" e para "Crônicas".

O JOVEM TRABALHADOR-ESTUDANTE

A análise dos depoimentos e entrevistas nos possibilitou a construção do perfil do aluno tendo como fundamento três dimensões que melhor poderiam configurá-lo: a condição de trabalhador, de jovem e de estudante.

O trabalhador

Para este aluno do curso noturno, o trabalho é uma necessidade precoce determinado por motivos econômicos ligados às estratégias de sobrevivência familiar.

Assim, embora estejamos tratando de uma população jovem, já é possível considerarmos a existência de uma trajetória individual no mercado de trabalho. Ingressando, em sua maioria, no setor terciário, esses alunos sofreram alguns deslocamentos ocupacionais após os primeiros empregos. Alguns deixaram as ocupações que envolviam o trabalho manual (empregada doméstica, encanador) passando a preencher cargos burocráticos; outros tiveram pequena ascensão ao quadro hierárquico de escritórios de grandes empresas.

A possibilidade de ascensão no mercado ocupacional é concebida pelo aluno a partir de dois elementos importantes: o prolongamento da escolarização e o treinamento no próprio trabalho.

Por outro lado na condição de assalariados e, em particular, do setor terciário, esses alunos vivem as expressões, em seu cotidiano, do trabalho expropriado em nossa sociedade: a parcelarização e fragmentação de suas atividades. No entanto, tais determinações não apareceram de forma explícita na maioria dos depoimentos; sem a compreensão crítica do processo de trabalho, o aluno foi capaz de identificar ao menos os efeitos das relações de exploração.

Vários entrevistados apontaram o massacre diário na corrida para tomar o ônibus, chegar no horário estabelecido: o tempo de trabalho se transforma na medida do tempo que determina a própria vida. Sobressai a prática rotineira, a discriminação que as mulheres sofrem no emprego quando disputam melhores posições, a atividade às vezes opressiva, o caráter de necessidade imposto ao trabalho e a ilusão do sucesso.

Muitas vezes as frustrações são percebidas apenas em suas dimensões individuais e a busca de psicoterapia aparece como solução para alguns. Outros aderem ao mais extremo conformismo perfeitamente integrado — visível na adesão do valor do vestuário, mesmo que esta aparência ocorra em primeira instância como exigência do superior.

A perspectiva de mudança não está muito bem delineada. Ela se articula com a idéia de que é a escolaridade o pré-requisito necessário para empregos melhores remunerados.

Em vários depoimentos a perspectiva de mudança profissional e alguma ascensão é nitidamente atribuída ao diploma, porque a própria empresa postula a titulação como elemento indispensável para a obtenção de cargos melhores. Em outros, a necessidade do diploma surge do projeto de vida do próprio trabalhador, sem que o emprego atual o tenha exigido.

Foi também possível identificar em alguns depoimentos a percepção dos limites reais para a ascensão social. Embora fragmentadas, as falas revelaram clareza frente à frágil máxima de que a instrução seria o veículo por excelência capaz de alterar substancialmente suas condições de vida.

O jovem

Na tentativa de configurar melhor o perfil deste aluno trabalhador-estudante, não se poderia deixar de considerar a sua condição de jovem. Não se trata (ou significa) de compreender a juventude como simples categoria biológica ou psicológica que omitiria as determinações de natureza social que até agora tentou-se localizar. Significa, outrossim, inserir esse momento particular do desenvolvimento humano, no âmbito dessas determinações mais abrangentes para tentar compreender a condição de jovem nesse campo totalizador.

Já Marialice Foracchi havia apontado que "Uma das principais tarefas com que se depara a abordagem sociológica é, pois, caracterizar o conjunto de mecanismos e processos que presidem à constituição do estudante como categoria social. Isto significa que o estudante deve ser focalizado tanto em termos das condicões sociais que balizam o seu comportamento, vinculando-se à ordem social existente, quanto em termos das modalidades possíveis de ampliação dos seus horizontes de ação". Mais adiante prossegue: "A vinculação pequeno-burguesa do estudante universitário impõe-se, nessas circunstâncias, como unidade de interpretação dominante. Não se conclua disto que a importância explicativa das outras formas de vinculamento tivesse sido negligenciada ou ignorada mas apenas que, ao longo da análise, esta condição de classe se destacou como o elemento capital para a interpretação" (1965, p.7).

Portanto, não estaremos tratando de um jovem estudante qualquer mas desse, em especial, cuja situação no mundo do trabalho delimita sua prática e, nesta, suas representações.

O jovem trabalhador-estudante na família

Se o jovem universitário da década de 60 analisado por Foracchi mantinha vínculos de dependência econômica com a família mas estabelecia parâmetros para a crítica da estrutura familiar do ponto de vista moral e, particularmente, político-social, o jovem, cujo perfil tentamos compreender, desde cedo, em geral, é responsável por sua própria manutenção e às vezes, sua renda integra parte substantiva do orçamento familiar. Contudo, à "independência" econômica não segue, de imediato, a autonomia do ponto de vista dos valores. Mas é interessante acompanhar com alguns detalhes os dados relativos à origem sócio-familiar dos alunos.

A pesquisa revelou uma variedade considerável de tipos familiares no que se refere a origem geográfica, ao número de filhos, ao tipo de atividades de trabalho a que se vinculam os elementos deste grupo, ao papel desempenhado pela família, à representação que fazem os pesquisados deste papel e ao tipo de vínculo que os une ao grupo familiar. Isto se deve às formas diferenciadas de inserção dos indivíduos e grupos no mundo citadino pois que, a exemplo de todo o universo urbano industrial capitalista, a estrutura social paulista, por si só não homogeiniza a estrutura familiar. Ao contrário, as diferentes classes sociais, inseridas diversamente no processo de produção-consumo, geram diferentes configurações de família.

Na metrópole, os grupos familiares de nossos pesquisados, independentemente de serem migrantes ou citadinos, parecem guardar traços comuns em pelo menos alguns aspectos de suas vidas cotidianas. No trabalho, estão, na maioria no setor terciário. Os pais mais ligados a atividades que não exigem quase ou nenhuma capacitação específica, são jardineiros, zeladores, auxiliares de cozinha, sapateiros, etc. As mães, apesar das dificuldades financeiras que vêm enfrentando estas famílias, geralmente não exercem atividade remunerada fora do lar. Quando o fazem, também não exercem trabalhos para os quais se requer qualificação. Vendedoras de cosméticos ou produtos para o lar, empregadas domésticas e manicures, é com estes serviços que as mulheres colaboram para o sustento do grupo.

O papel da família — as relações objetivas e as representações do grupo familiar

Dado que a dinâmica das relações de produção influencia todos os níveis da vida social, temos que, não só existem diversas estruturações de família, como também diversas percepções de seu papel e das formas de realizá-lo e representá-lo. Com isto estamos querendo dizer que à família não se pode delegar, apenas e tão somente o papel de responsável pela socialização primária dos indivíduos. No âmbito da sociedade de classes, acreditamos, seu papel é muito mais amplo e complexo. Se o sistema capitalista define a família como unidade de produção e consumo, como afirma Rosa Maria Fischer Ferreira, resta-nos perguntar qual a posição dos grupos familiares de nossos alunos na dinâmica desta relação. O que tem caracterizado esses agrupamentos sociais dos quais nossos alunos são elementos representativos, é o fato de, embora participantes ativos da força de trabalho empregada na produção, vivem sendo gradativamente espoliados no usufruto dos bens que a remuneração do trabalho deveria propiciar. Essa espoliação não é percebida para os

pesquisados. É interessante observar como a condição de espoliado fica obscurecida pela condição do "bom filho" que não pode, por exemplo, usufruir do lazer (na verdade porque não tem dinheiro) porque "gosta" somente do convívio familiar ou da solidão no interior do seu lar. A falta de dinheiro aparece como último argumento para explicar a não participação dos pesquisados na repartição dos bens que eles, enquanto trabalhadores, produziram.

A pesquisa revelou ainda que, quanto mais integrados no mundo citadino e industrial, quanto mais tenham assimilado os papéis definidos por essa estrutura, mais os grupos familiares tendem a sofrer um processo de "enfraquecimento" em suas relações primárias.

Os entrevistados geralmente vêem esse caráter dissociativo como decorrente exclusivamente de fatores psicológicos, não chegando nunca a relacioná-los com a fragmentação do trabalho industrial atingindo a personalidade humana. Possivelmente para eles "a multidão de homens sós" congregados nas grandes metrópoles, de que fala Wright Mills, é fruto somente do egoísmo de cada um.

Representações do jovem trabalhador estudante

Vários depoentes revelaram a absorção de representações tradicionais adquiridas nas experiências socializadoras da primeira infância. É evidente que tais representações se mesclam, contradizem-se, confundem-se com as que se defrontam em outros níveis de relações sociais, particularmente as do trabalho e do ensino superior. É nesse âmbito muitas vezes confuso, que o estudante tende a compor o seu quadro de valores e, surpreendentemente, articular uma visão de mundo calcada, em muito, nos modelos tradicionais. Surpreendente, apenas à primeira vista, pois as relações sociais que permeiam a estrutura cotidiana do trabalho e da escola também estão impregnadas desses valores: assim, seria falso estabelecer-se uma dicotomia entre o mundo familiar "tradicional" e a "escola superior" e, em menor grau, "o trabalho", como rupturas ou instâncias críticas.

Seriam várias as possibilidades de análise. Para este momento selecionamos dois temas que, por sua frequência nos depoimentos e debates consideramos importante examinar: a condição feminina e a questão religiosa. Já no questionário, ao nos depararmos com uma população eminentemente jovem, solteira e feminina que considerava a religião como dado muito importante em suas vidas, as pistas para o aprofundamento de tais questões estavam por si mesmas prospostas.

A figura feminina

O papel da mulher não pode ser entendido sem que se leve em consideração a situação de classe e de renda. Não nos esqueçamos, portanto, de que a nossa referência é a mulher dos setores médios inferiores da sociedade classista brasileira, vista, por certo, através do filtro que consiste o estereótipo de mulher vigente

nesta sociedade.

Se a urbanização e a industrialização dão novas dimensões à vida da mulher, provocando alteração marcante em seus papéis no mundo econômico, o mesmo não ocorre com a divisão de funções no núcleo familiar que permanece inalterada, como também com a moral vigente nos setores médios, no tocante à imagem da mulher. De fato, o trabalho nas fábricas, nas lojas, nos escritórios, rompeu com o isolamento em que vivia grande parte das mulheres, alterando, pois, sua postura diante do mundo exterior. Porém, grande parte das entrevistadas apreende de forma contraditória os papéis tradicionalmente atribuídos à mulher e os novos modelos ainda não absorvidos. Libertação da mulher é entedida como libertinagem, admite-se igualdade de direitos no trabalho mas não no plano das relações afetivas, defende-se a "fragilidade da mulher", etc.

Os rapazes não fugiram à "regra". Posicionamse da mesma forma que as moças quanto aos papéis sexuais. Consideram-se avançados porque admitem a mulher trabalhando fora de casa, porém continuam pensando tradicionalmente quando se trata de divisão de afazeres domésticos e das questões da moral que envolvem os papéis sexuais na sociedade de classes.

O que mais nos chamou a atenção nessa discussão foi o hiato entre o que os jovens preconizam como o ideal na relação entre os sexos — e esse ideal aparece como progressista —, e o que pretendem concretamente quando se referem aos seus projetos individuais, quando então acabam por apegarem-se aos modelos familiares socialmente aceitos.

Na verdade, estes alunos exprimem nas suas representações as dificuldades que determinam, no plano mais geral, a nova dimensão do papel feminino em nossa sociedade. É evidente que a possibilidade do trabalho fora de casa não emancipa por si só a condição subalterna da mulher, pois tal emancipação exige também mudança da conduta do homem.

A busca da identidade na religião

Diversos foram os tipos humanos que encontramos em cada entrevista, diversas foram suas trajetórias e, por isso mesmo, a diversidade também se fazia presente no confronto desses jovens com a religião.

Vários receberam a religião como patrimônio cultural e afetivo da família e a seguem sem nenhuma contestação. Alguns procuraram sozinhos, ou junto com a família, outras alternativas religiosas, além da Católica, tornando-se adeptos de seitas como *Sheicho-No-le* ou *Perfecty Liberty*.

Se o jovem procura na religião uma confirmação de sua identidade, não seria impróprio afirmar que por meio da vida religiosa ele busca também o outro, e isso o impele à busca de grupos de amizades, laços primários que encontra, por exemplo, nos movimentos promovidos pela Igreja, particularmente após a década de 70.

O jovem e o mundo social

Falar do perfil do jovem trabalhador-estudante

é falar de um jovem sem crise de adolescência. O ingresso no mercado de trabalho, talvez em idade mais precoce que a de jovens de camadas sociais superiores, retirou desse aluno, ou ao menos reduziu, a denominada crise da adolescência. Em um dos debates, este foi o depoimento de um aluno participante, amplamente confirmado pelo resto do grupo, ao falar do jovem que trabalha: "Ele não pode ser jovem, ele sai de criança para adulto". Não há, ao que tudo indica, a fase de contestação intensa de valores familiares onde o adolescente procura marcar suas fronteiras. A análise da questão feminina e da religiosidade são indícios que confirmam nossas hipóteses. Na realidade, o trabalho constitui este jovem como adulto, no próprio mundo do adulto, ao transformá-lo em trabalhador.

Assim, tendo como ponto de partida a sua inserção na realidade da divisão do trabalho, a parcelarização e fragmentação de funções e pessoas, da extrema hierarquização burocrática do setor de serviços, este jovem traz estas determinações para a escola e, também para outras esferas da vida cotidiana.

É como trabalhador que ele frequenta as aulas e vê na faculdade um desdobramento do mundo do trabalho: lições, deveres, horários e o diploma como substituto do salário; o mundo cotidiano também aparece como um imenso conjunto de fragmentos não articulados, expressão da alienação do processo e do produto do seu trabalho, cuja expressão mais evidente é a sensação de solidão, de estar em tudo mais não estar em nada, da pressa, da falta de uma compreensão totalizadora dos fragmentos que constituem seu mundo (trabalho, escola, família).

As amizades são fragmentadas: os amigos do trabalho, os amigos da escola e os amigos do bairro. Embora o aluno como sujeito de relações interpenetre esses mundos, as relações concretas não se articulam.

Os caminhos que estes alunos escolhem na tentativa de superar o sentimento de solidão, de desenraizamento que determina a sua prática de trabalhador são vários: volta à terra natal, cidade pequena onde os laços primários são vivos, trocas intensas com a família, quando esta é numerosa e de origem migrante, ou a participação em movimentos, particularmente aqueles promovidos pela Igreja Católica. A busca de movimentos de jovens se articula na direção de uma busca de relacões sociais primárias que os reponham como sujeitos de relações sociais e não apenas fragmentos. Os movimentos de jovens foram para alguns, e são para outros, depositários dessa possibilidade. A convivência e a possibilidade de troca, para alguns caracterizam mais a necessidade de participação do que o compromisso religioso.

Por outro lado, é preciso considerar, ainda no âmbito da participação religiosa, atividades de jovens que assumem gradativamente conotações sociais e políticas. Não é preciso adentrar numa análise exaustiva para discutir o papel da Igreja Católica nos últimos anos, enquanto reduto de articulação da sociedade civil via comunidades eclesiais de base, movimentos de jovens, pastorais, entre outros. Ora, alguns alunos tem sua participação na Igreja Católica como um primeiro momento de busca de trabalho social que assume gradativamente ca-

racterísticas de um trabalho político junto às camadas populares.

¿É sob o aspecto de participação política que a análise se torna mais complexa. As modalidades de trabalho político não se esgotam no âmbito da moradia: é preciso considerar, neste momento, como estes jovens vêem a participação política no mundo do trabalho e no movimento estudantil, já que constituem população universitária inserida nas lutas e instituições que articulam o mundo universitário.

A participação política no mundo do trabalho e na escola superior

A organização no setor terciário da economia e a luta dos trabalhadores em torno de seus interesses econômico-corporativos é incipiente no Brasil. As dificuldades de sua articulação radicam quer na própria origem e constituição desses setores assalariados brasileiros, quer nas características das relações sociais e políticas que determinam a prática desse trabalhador.

Em nosso país sobressaem como setores organizados no âmbito terciário os bancários e professores, particularmente da rede pública, categorias presentes na população de nossos cursos. Contudo, embora despontem novas possibilidades de organização sindical e se intensifiquem as existentes, ainda grande parte desses alunos, trabalhadores nas grandes empresas e burocracias privadas ou estatais, não participa do movimento sindical, muitas vezes não só porque não deseje, mas ainda porque ele inexiste ou está se articulando de forma muito incipiente.

Em um debate realizado sobre a questão do mundo do trabalho, os alunos apontam as suas dificuldades, esclarecendo, assim, os desalentadores resultados do questionário.

Participaram desse debate três bancários — um com militância sindical ativa e outro não — e um publicitário.

Imerso no trabalho político, o aluno bancário aponta as resistências e dificuldades de organização, mas sempre afirmando: "Quando o indivíduo quer é possível". Este tipo de fala surgiu no debate porque os não ativistas colocavam suas dificuldades: "Eu vejo pelo lugar em que eu trabalho, publicidade. Vive do capitalismo direto. O sindicato nosso é do patrão mesmo. E quase nada a gente consegue fazer porque não tem união da classe. Eles se unem mais para tomar cerveja. Publicitário é fogo. Nosso sindicato não faz nada para nós, como eu faço para mudar isso aí?" Perguntas como: "O que se faz com uma classe desunida? Se você vai numa reunião de sindicato levando 'eu penso isso, isso e isso', quem vai te deixar falar?", surgiram nas várias falas e nos vários momentos e, para a maioria, o trabalho político é praticamente impossível.

Ora, as mesmas dificuldades estão presentes no Movimento Estudantil, pois são poucos os que participam, a maioria permanece indiferente. Discutindo, em outro debate, a participação no mundo da escola, os alunos reconhecem a desinformação dos restantes quanto à existência de entidades que possam representá-los. Ora, além do desconhecimento, alguns apontaram que

os alunos resistem em participar porque "Têm medo da repressão", porque a família não permite, porque os modos de recrutar os alunos para atividades de participação são semelhantes "às armas da repressão: tem que ir, tem que fazer". Diante dessas dificuldades, tendem a identificar os alunos de Ciências Sociais como os mais politizados; o restante, Letras e Pedagogia, segundo eles, "está em cima do muro".

Assim, as vanguardas, encontrando as mesmas dificuldades que apontaram no mundo sindical, tendem a se isolar dos alunos e a criar estereótipos ou até preconceitos para explicar a não-participação e, muitas vezes, ao invés de tentar enfrentá-los com os recursos proprios e explicitando melhor as características desses alunos, tendem a optar por soluções que apontam para fora do trabalho cotidiano, como se este cotidiano fosse apenas o espaço da alienação, do consumismo e, fora dele, estivesse o espaço do "povo" (sic), *locus* onde as desigualdades seriam evidentes: "É preciso levar esse pessoal para ver o que é esta realidade".

Não é possível também desconsiderar que nos depoimentos aparecem várias falas que descartavam para si a possibilidade da participação de imediato na vida da Faculdade e, no plano mais amplo, na campanha política das Diretas-Já, pois a relação que mantinham com o comportamento político era de exterioridade: "É preciso ter pique para fazer política", "Está no sangue", "É vocação". Quando se sabe que a dissociação entre o individual e o político é posta não só na praxis da sociedade burguesa mas na sua ciência (ideologia), tornada desde há muito do senso comum, não soa estranho encontrar na representação desse aluno essa dicotomia já analisada por Marx (s.d., p.51) em seus escritos de juventude: "A constituição do Estado político e a dissolução da sociedade burguesa nos indivíduos independentes — cuja relação se baseia no direito, ao passo que a relação entre os homens dos estamentos e dos grêmios se fundava no privilégio - se processa num só e mesmo ato. Assim sendo, o homem enquanto membro da sociedade civil, isto é, o homem não político, surge como homem natural (. . .) O homem egoísta é o resultado passivo, simplesmente encontrado da sociedade dissolvida, objeto de certeza imediata e, portanto, objeto natural (. . .) Finalmente, o homem enquanto membro da sociedade burguesa é considerado como o verdadeiro homem, como homme, distinto do citoyen por se tratar do homem em sua existência sensível e individual imediato, ao passo que o homem político é apenas o homem abstrato, artificial, alegórico, imoral.

O homem real só é reconhecido sob a forma de indivíduo egoísta; e o homem verdadeiro somente sob a forma do *citoyen* abstrato".

Observa-se, também, que nos depoimentos, quer nos debates, uma certa concepção subjetivista e voluntarista da prática política. Em outras palavras, o aluno ao se considerar crítico, acredita que, na maior parte das vezes, basta a reconversão, a adesão interna, assumir uma determinada consciência (diríamos que aí reside uma concepção religiosa da política: "converter-se para a prática"), para que a prática, a militância, seja possível. Desconhecem-se ou, ao menos, não se consideram, as determinações da realidade que possibilitam ou limitam a

prática. Este poderia ser um possível caminho para a explicação de certo autoritarismo que impregna as práticas de vanguardas estudantis e, ao mesmo tempo, um elemento importante para explicar, ainda no plano escolar, o consumo aligeirado de certas disciplinas. Em geral aqueles conteúdos ditos "conscientizadores" seriam os mais relevantes: ser sociólogo é ser mais crítico por "natureza" do que ser pedagogo, como afirma um entrevistado, aluno de Ciências Sociais, que espera obter com o curso elementos para a escolha de um partido político onde possa ser militante.

É na intersecção do mundo do trabalho com o universo estudantil que as relações se tornam mais Calcado nessa concepção voluntarista de complexas. reconversão política, o aluno não consegue transpor, para o mundo do trabalho porque o tenta mecanicamente, a "crítica" consumida na faculdade. Em debate, uma aluna afirma: "O que a gente percebe aqui vê que não consegue aplicar no lugar que a gente trabalha, senão a gente perde o emprego". Do voluntarismo ele caminha para o imobilismo, pois acaba por acreditar que o espaço da crítica é o da sala de aula; no meio em que vive, quer familiar, quer pessoal, ela não é possível. E, assim, em função da pseudo consciência que acredita ter descoberto na vivência do ensino superior, ele não consegue alterar significativamente a dinâmica das relações sociais que o determinam e, nem ao menos, compreender os móveis que constituem até suas representações sobre elas, passando então a desenvolver, em nova chave, uma apologética do imobilismo.

Todo este quadro complexo, diferenciado e contraditório constitui o perfil sombrio do jovem trabalhador-estudante. Contudo, há um plano em que todos se assemelham. Não só do ponto de vista de suas representações, expressas nas entrevistas, debates e outras situações, mas, também sob o nosso ponto de vista, professores e pesquisadores que com eles convivemos cotidianamente: este jovem trabalhador estudante é antes de mais nada um lutador e é assim que, felizmente, ele se reconhece.

A condição de estudante para o trabalhador

Analisar a condição de estudante deste trabalhador significa, num primeiro momento, recuperar a trajetória escolar caracterizada pelas interrupções para grande parte dos alunos, fato já observado nos resultados dos questionários.

Muitos de origem rural sofreram ao longo da infância as instabilidades próprias dos setores sociais radicados no campo, e, com isso, os primeiros anos de escolaridade caracterizam-se pela descontinuidade. Descontinuidade essa cuja explicação pode ser encontrada tanto na precariedade de funcionamento da escola rural, como na migração que levou muitos a passarem por diversas experiências escolares em cidades pequenas ou em grandes metrópoles.

Nem sempre as interrupções foram consequência de deslocamentos migratórios familiares. Para alguns, o fim do curso primário significou realmente um ponto de chegada que, por um certo período, satisfez expectativas pessoais e até familiares, articuladas a este-

reótipos dos papéis femininos tradicionais.

As interrupções decorrentes dos deslocamentos migratórios e, às vezes, de expectativas de vida que não supunham a necessidade de escolarização, se articulavam com o trabalho precoce que acentuava, ainda mais, a dificuldade de compatibilização com a vida escolar.

Ora, essas paradas na trajetória escolar ocorrem, também, na época de entrada no 2º grau coincidindo para alguns com o ingresso no mercado de trabalho, ou na melhor das hipóteses, com o fim do curso colegial.

Embora hoje a escolarização venha ocupando um lugar diferente em seus projetos, o impacto da entrada no mercado de trabalho significou para grande parte dos alunos uma impossibilidade concreta de continuar os estudos, ou, ao menos, o seu adiamento.

É preciso registrar, também, que alguns alunos, particularmente os de origem urbana não sofreram as interrupções que caracterizaram a vida de seus colegas migrantes; contudo, se este aspecto os diferencia, é do ponto de vista de suas relações com a escola que novas semelhanças ocorrem.

Em torno da trajetória escolar

Que lembranças trazem esses alunos de sua trajetória escolar? como vêem sua experiência dos primeiros anos?

Majoritariamente egressos da escola pública de 1º grau, diurna ou noturna, em grande parte concluíram o colegial já em escolas particulares. Ao rever sua biografia escolar, tanto o aluno vislumbra uma escolaridade difícil, fragmentada, à qual atribui a sua incapacidade ou falta de dedicação, como reconhece os limites da própria instituição escolar ao estabelecer o confronto com as exigências do ensino superior. Na sua diversidade, os depoimentos mostram as dificuldades de aprendizagem a partir da 5ª série, o início da escola noturna no 1º grau e a busca de um curso de 2º grau que atendesse a uma perspectiva de profissionalização e ao mesmo tempo fosse acessível do ponto de vista financeiro.

Este perfil de uma trajetória escolar interrompida, às vezes dificultada por problemas de aprendizagem decorrentes da estrutura da escola, em especial da escola pública ou da particular destinada a camadas de baixa renda; este perfil das relações desse aluno com um tipo de saber nem sempre compatível com seu cotidiano e com a sua precoce inserção no mercado de trabalho evidenciou, de forma nítida, o que são os atuais remanescentes da educação brasileira recrutados de setores mais desprivilegiados da população.

No estado de São Paulo, de cada 100 crianças que ingressam na 1ª série do 1º grau, só 71 chegam à 2ª série, 58 até a 5ª série e apenas 20 alcançam o término do 1º grau. A perda, a nível de 1º grau apenas, chega

⁴ Dados publicados pela CIE/SE/SP — Jornal Educação Democrática — ano 1, nº 6. Os dados se referem as redes de ensino no ano letivo de 83, no estado de São Paulo.

a 80% do alunado. Desse modo, a condição de vestibulando transforma, paradoxalmente, este aluno em elite diante do restante da população, mas uma elite desprivilegiada, que arca com o ônus da sua escolaridade deficitária e de sua situação social e econômica, e que, por essas razões, não conseque competir profissional e intelectualmente, com estratos que têm acesso às universidades públicas. Reginaldo Prandi, ao analisar as alterações do sistema de ensino superior nas últimas décadas, considera a população universitária atual como constituída pelos "favoritos degradados": "Favoritos porque poucos e privilegiados; depois degradados porque já incapazes de manter para si vivo o sonho da promessa. Favoritos degradados porque as vantagens postas na promessa fizeram parte de um pacto silencioso de mudanças" (Prandi, 1982, p.9). É bem possível que para a população que frequenta os cursos superiores particulares noturnos esta condição se agrave ainda mais. diante do confronto com os alunos de cursos públicos.

Por outro lado, é preciso reconhecer que essa população não é homogênea. Ela se reparte materialmente no interior dessa escola noturna, reproduzindo aí a desigualdade social, de modo que as maiores dificuldades escolares e o maior número de alunos que sofreram interrupções se radicam nos migrantes, que vieram recentemente integrar-se à sociedade urbana, constituídos pela mais baixa renda. Há alunos que afirmaram ter tido sua vida escolar em tradicionais colégios particulares de São Paulo, fato que não implica, necessariamente, sucesso escolar e carreira profissional assegurada.

É sempre bom reter, também, que, independentemente do caráter profissionalizante do curso de 29 grau, a aspiração de acesso ao ensino superior não é eliminada. A opção por uma profissionalização ainda no 29 grau é vista mais como uma garantia da própria manutenção e não apenas pelo seu caráter terminal. Nesse sentido, vale confirmar as reiteradas análises de autores que evidenciam o caráter propedêutico da escola de 29 grau, a despeito das várias tentativas legais de implantação de um modelo realmente terminal que aliviasse a pressão pelas vagas no ensino superior.

Seria, por certo, generalizar inadequadamente se não considerássemos os depoimentos daqueles alunos que não sofreram interrupções, porque as condições familiares (inserção urbana mais antiga, nível melhor de renda familiar) facilitaram a trajetória escolar. Outros atribuíram a características pessoais, como valorização ao estudo apesar das dificuldades econômicas, o relativo sucesso da carreira escolar, sem descontinuidade.

Contudo, mesmo para aqueles que não enfrentaram grandes dificuldades em sua biografia escolar, a entrada no curso superior significou uma ruptura com um modo específico de relação com os produtos da cultura erudita, com o conhecimento, que se esclarece de forma mais nítida pelas transformações que sentem estar sofrendo nessa etapa, analisadas mais adiante.

A entrada no curso superior: expectativas e vicissitudes

Não esperávamos, pela leitura dos depoimentos, encontrar na representação do nosso aluno um grande

impacto atribuído à sua entrada na Faculdade. Marcados talvez pelas dificuldades que se apresentam na continuidade do curso, sabedores, também, dos impasses localizados no mercado de trabalho que certamente não absorverá, em sua maioria, esse profissional, e, desencantados com os rumos tomados pelo ensino superior nos últimos 15 anos, nós professores, ao escutarmos do aluno a sua expressão de alegria pelo ingresso, pudemos simplesmente reconhecer que nos surpreendemos.

Para a maioria dos pesquisados, a internalização de valores e padrões que conduzem ao sucesso, incluindo-se a instrução de nível superior, escapou ao filtro familiar. Realizou-se graças à dinâmica sócio-histórica que impeliu esse jovem, muito cedo, para o trabalho, fazendo com que os projetos de vida, que nas camadas sociais superiores se apresentam por intermédio das aspirações familiares, sejam para grande parte dos alunos da Medianeira uma exigência da situação global que os engendrou e, se lhes apresente como "escolha individual, voluntária e consciente".

Parece certo que as famílias percebem no curso superior uma brecha para a ascensão social, ou pelo menos que vejam no título universitário um símbolo do prestígio social. O fato de empreenderem mais esforços ou menos esforços para que seus membros ingressem na universidade depende de alguns fatores que merecem ser lembrados. O primeiro deles resumese no fato da família ser "dispensada" dessa tarefa, que passa a ser realizada diretamente pela sociedade mais ampla. Em muitos casos parece haver um certo receio, por parte dos familiares, de que o estudo possa prejudicar o trabalho. O apoio familiar concretiza-se, de modo geral, em favores no cotidiano, como substituição em tarefas domésticas ou garantia de condições físicas para a realização dos trabalhos escolares nos fins de semana.

Esse sentimento complexo que oscila entre a alegria e a constatação de um sacrifício, quer anterior para alcançar o êxito no vestibular, quer futuro para tentar prosseguir nos estudos soma-se, também, a uma extensa e complexa gama de expectativas diante da possibilidade de vir a ser portador de diploma do curso superior.

É somente pela leitura dos depoimentos e por meio de um contato mais adensado com as representações que deles emergem e traduzem as expectativas vivenciadas pelos alunos, que se torna possível aprofundar certas classificações às vezes demasiadamente simplificadoras dos dados oriundos do levantamento quantitativo, cujo instrumento único foi o questionário. Nesse primeiro levantamento, apareciam majoritariamente expectativas de ascensão profissional, às vezes articuladas com vantagens financeiras e, ou, de modo predominante, o enriquecimento cultural e maior realização. Contudo, se considerarmos as questões profissionais em primeiro lugar para a análise qualitativa desses depoimentos, outros matizes começam a aparecer mais claramente.

Certamente existe aquele tipo de aluno que já encontra na Faculdade uma possibilidade de aprofundamento no seu campo profissional de trabalho; nesse caso aparecem com mais freqüência aqueles que já estão na área de educação dando aulas ou trabalhando com orientação pedagógica.

Para outros a ascensão profissional limita-se, às vezes, a uma simples melhoria no próprio setor da empresa em que trabalha por ser portador de diploma, não importando o curso em si mesmo.

Contudo, o que chama mais a atenção e que de certa forma já havia aparecido na análise do questionário, é a expectativa, às vezes sentida como um sonho viável ou irrealizável, de mudar de carreira. Para esse aluno, o leque de escolhas profissionais possíveis já havia se restringido de antemão devido às determinações sociais. Assim, as ditas carreiras "nobres" já lhe estão interditas.

Mas o aluno reelabora essa primeira frustração profissional imposta pela sua condição social. No âmbito das alternativas viáveis para aqueles que freqüentam o curso superior noturno, em geral na área de ciências humanas, a escolha, já delimitada de antemão, não deixa de ser revestida, talvez ilusoriamente, de uma decisão em função de preferência, gosto e vocação.

Suas aspirações, embora incorporem desejo de melhoria financeira propiciada pela carreira profissional escolhida, não correspondem à idéia de ascensão e sucesso que integrou e, talvez, integre, ainda o conteúdo das aspirações de setores médios economicamente mais privilegiados do que aqueles que constituem a população que freqüenta a Medianeira.

Ascender para esse aluno significa, em grande parte, uma promoção na hierarquia ocupacional de empresa, não para atingir o seu vértice que sobejamente é reconhecido como afunilado e quase impossível. A extrema estratificação da estrutura ocupacional, também, reduziu as expectativas tanto de ascensão quanto de significativas ou substanciais vantagens financeiras.

Por outro lado, a mudança de carreira aparece, quase sempre, associada ao desejo de ser professor, revisor de textos, para os alunos de Letras ou a vontade de ser proprietário de pequena escola particular. Por certo e é fato público e notório, que tais ocupações têm sofrido nos últimos anos desgastes salariais e profissionais terríveis. Contudo, ainda oferecem certa atração pelo prestígio que acompanhou tradicionalmente as ocupações ligadas ao magistério e, talvez, vislumbrem para o aluno uma possibilidade de prática no trabalho menos fragmentada, menos controlada, mais criativa e produtiva, elementos praticamente inexistentes nas relações vigentes nas estruturas das grandes empresas do setor terciário.

A impressão que fica é a de que os caminhos que levam ao sucesso — e o ensino superior faz parte deles — vêm se tornando, para a maioria das classes médias brasileiras, cada vez mais difíceis e inatingíveis. Como afirma Wright Mills, "entre os que não podem utilizar os conhecimentos adquiridos pela instrução aumenta o sentimento de tédio, as esperanças de êxito transformam-se em decepção, os sacrifícios não recompensados levam à desilusão" (1976, p.289).

A promessa de ascensão, reinterpretada sob a perspectiva desse aluno trabalhador, de ingresso em carreira nem sempre recompensadora do ponto de vista financeiro, talvez de realização pessoal, traz consigo tam-

bém o desejo de obter reconhecimento social que se conquista mediante o estudo e, em particular, o diploma de ensino superior.

Esse reconhecimento social ao aparecer como necessário no quadro de expectativas, incorpora, para aqueles de origem mais desprivilegiada, um nítido sentido de resistência a certos aspectos da dominação que estão presentes, em especial, no mundo do trabalho: a posse do saber escolar aparece como fator de não submissão a um tipo de autoridade considerada ilegítima na relação superior-subordinado.

Uma outra expectativa presente nas representações dos alunos é ambiguamente designada como "adquirir cultura": "Ter mais cabeça", "Acho que não é questão de dinheiro e sim, questão de saber", "As pessoas que têm um nível universitário, você conversa com essas pessoas, você sente, sabe, você pode dialogar, em outro aspecto, você tem muita coisa para falar, você pode analisar". Discriminados economicamente, sofrendo as desigualdades do sistema escolar, esses alunos acreditam que a posse do "saber", ainda considerado como algo obscuro e até mágico, lhes daria condições de melhor enfrentamento e talvez de superação de sua condição social.

As relações com o conhecimento

As dificuldades continuam e determinam as relações desse trabalhador com o estudo, agora no curso superior. Tudo é difícil. A Faculdade Medianeira é escolhida entre outras várias, porque existe a possibilidade de obtenção de bolsa. Obtida a bolsa, parcial ou integral, resta a própria manutenção: o lanche, os livros, a condução, entre outras despesas.

Se este aluno vê na política de bolsas um direito e não esmola, a escola superior pública não aparece como a grande reivindicação. Esta aspiração não foi significativa nos questionários nem apareceu nas várias entrevistas. Por outro lado, o aluno sente que suas dificuldades financeiras agravam o problema do rendimento, pois gostariam de adquirir os livros indicados e ter, também, facilidade de compra de material.

Certamente esse elenco de problemas se incorpora a uma dificuldade central, que é a percepção que o trabalhador-estudante tem de que a sua escolaridade anterior foi insuficiente. As razões são muitas: escolas de 2º grau técnicas (Cursos de Secretariado) que não possibilitaram a formação geral mínima que não se recupera mesmo para aqueles que conseguiram freqüentar cursinhos; cursos supletivos aligeirados e simplificadores. Contudo, não é só do ponto de vista da falta de informações, mas na prática concreta da escola anterior que o aluno identifica também alguns obstáculos.

Esta escolaridade de 2º grau, em geral de caráter superficial, que não exige do aluno uma relação mais produtiva com o conhecimento — não é por acaso que as palavras reter, guardar e memorizar são utilizadas — faz com que o confronto com ensino superior se torne extremamente complexo.

Se o saber é algo exterior e não ato produtivo, apropriação de produtos mas também processo, o aluno precisa consumir o que ouve, o que lê, consumir

na condição de expectador passivo e até de receptáculo vazio que precisa ser preenchido. O instrumento é a memória, a leitura repetida para guardar o que recebeu.

Por essas razões, ao se deparar com as matérias que constituem o currículo dos cursos ele, de início, resiste. É penoso gastar horas do pouco tempo disponível estudando, é penoso concentrar-se durante a aula depois de um dia de jornada de trabalho. O aluno sente-se tão distante do universo de conhecimento proposto para sua aprendizagem que ele não vê sentido no conteúdo das disciplinas. Frustra-se porque, imbuído de uma visão progmática e utilitarista, acredita ter sentido estudar só aquilo que supostamente seria aplicável.

Dificuldades antigas que se exprimem durante o curso são agravadas pela heterogeneidade dos alunos, tanto no nível econômico-social como no cultural. Se não houver por parte do corpo docente uma clara visão dessa desigualdade no interior da sala de aula, a prática cotidiana acentua ainda mais as diferenças de rendimento e aproveitamento.

O mundo escolar não está apenas confrontado com o universo do curso superior, mas também o cotidiano que produz outra teia de relações e representações que contrastam com as prevalecentes na universidade.

Muitas vezes o aluno, reproduzindo o discurso docente, na sua representação, crítico, acredita estar superando suas dificuldades anteriores. É evidente que ele simplesmente adquiriu um verniz que lhe permite sobreviver melhor no meio escolar, mas que na realidade não alterou suas relações com os produtos da cultura que se lhe antepõem. Assim, a crítica aparece aligeirada, fragmentada e sem nenhuma densidade.

Poderíamos perguntar, neste momento, o que realmente recebe este aluno no contato com as atividades escolares na Faculdade? Por certo, ele acaba por encontrar no âmbito dessa prática, caracterizada pela resistência a um aprofundamento do estudo e pelo consumo da cultura, um desenvolvimento de determinadas habilidades que o socializam melhor para enfrentar as necessidades impostas pelo mundo do trabalho. Independentemente do tipo de carreira escolhida e da competência específica que essa profissão deve lhe dar. o aluno melhora a sua capacidade de expressão oral porque aprende a falar em grupos pequenos e grandes, é chamado a participar de debates, aprende a expor suas idéias, melhora, ainda que precariamente, sua linguagem escrita. Poderíamos dizer que há uma função socializadora no ensino superior noturno que habilita este aluno para o mercado de trabalho, no setor terciário onde, mais que a competência técnica na estrutura ocupacional são importantes, qualidades como habilidade de expressão oral e escrita, um certo grau de iniciativa e independência, boa leitura, facilidade de relacionamento, enfim, qualidades que acabam por ser adquiridas na prática da vida universitária, fora e dentro da sala de aula, que independem muitas vezes do conteúdo específico da aprendizagem e que acabam por satisfazê-lo diante de suas expectativas fragmentadas.

Em geral, essa função socializadora tem caracterizado a prática das faculdades noturnas, em maior ou menor intensidade. No entanto, resta outra pergunta:

poderia o curso superior noturno oferecer um espaço diferente para esse aluno, espaço caracterizado pela especificidade da universidade que é a *produção* e *disseminação* do conhecimento? O curso poderia mudar suas relações com os produtos da cultura erudita?

A tarefa não é simples e não comporta soluções milagrosas, mas é possível e vale a pena tentar. Talvez dois depoimentos indiquem, no plano da representação do aluno, a possibilidade da transformação: "Sempre eu fui uma pessoa preguiçosa para ler. Até hoje é assim. Mas aos poucos eu estou tirando essa preguica porque os professores do Básico estão dando muita leitura, eles exigem que a gente se informe, inclusive eu estou até por conta minha, e por orientação de uma professora que eu pedi, também. . . ela me orientou a respeito da leitura, e então eu estou seguindo o conselho que ela me deu. Estou me informando a respeito mais de Filosofia, estou querendo conhecer mais a respeito de Português"; "Quando eu encontrei a matéria Sociologia, Filosofia, Metodologia, era tudo misturado. Eu não sabia onde ia se juntar todas essas coisas que eles falam; no princípio não tinha como diferenciar, não tinha jeito, era tudo exatamente igual; agora eu consigo perceber cada uma para que serve; (. . .) você trabalhou, a coisa começa a ficar clara (. . .) seria mais ou menos como o cara que não enxerga e começa a ver aos poucos, a ver as coisas mais claras. Você pega uma máquina para desmontar isto, aquilo, então por isso a divisão das coisas, para entender melhor, no princípio não percebi isso. Agora já consigo,"

À GUISA DE CONCLUSÃO

Talvez esta pesquisa revele, de modo claro, o caráter contraditório do ensino superior, que aflorou da conjuntura pós-68, com a implantação da Reforma Universitária.

A possibilidade de ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior mediante a proliferação da iniciativa particular e, principalmente, sob a forma de cursos noturnos, transformou a natureza desse nível de ensino. Mudanças na população a que a ele tem acesso, alterações nas expectativas, puderam ser reiteradamente constatadas ao longo desta investigação. Por outro lado, a crescente dificuldade de realizar, mediante a prática docente, as atividades relativas à produção e disseminação do conhecimento, também estiveram presentes quando investigamos o perfil deste aluno trabalhador-estudante.

Ora, o quadro subjacente a tais alterações, ao mesmo tempo responsável pela construção de um novo tipo de estudante reside, como observamos, na transformação das relações de trabalho, nas formas de exercício da dominação e nas políticas do Estado nos últimos 20 anos. Contudo, ao tentar explicitar os aspectos mais relevantes que marcam o perfil desse trabalhador que ingressa no ensino superior, observamos também que o problema escolar não aparece no momento da entrada no curso superior. Ele se constitui ao longo da trajetória deste aluno, determinando também sua prática como trabalhador e, talvez, tenha sido esta a tarefa mais complexa: resgatar a articulação

contraditória que reside na combinação trabalho e escola.

Foi ainda possível concluir que as vicissitudes presentes no cotidiano de trabalho geram expectativas às vezes facilmente respondidas por parte de qualquer instituição de ensino superior privado, que busca na empresa-escola apenas o lucro imediato: o diploma para a postulação de cargos, algumas habilidades para aprimorar desempenho nos empregos e nas relações interpessoais, entre outras.

No entanto, o nosso problema de origem e a nossa proposta em toda a trajetória da pesquisa era tentar investigar com maior profundidade essa realidade, afim de procurar caminhos que pudessem estabelecer um confronto com os aspectos "bem sucedidos" da Reforma Universitária. Tais aspectos são assim caracterizados por Marilena Chauí: "Creio que a universidade tem hoje um papel que alguns não querem desempenhar, mas que é determinante para a existência da própria universidade: criar incompetentes sociais e políticos. realizar com a cultura o que a empresa realiza com o trabalho, isto é, parcelar, fragmentar, limitar o conhecimento e impedir o pensamento, de modo a bloquear toda tentativa concreta de decisão, controle e participação, tanto no plano da produção material quanto no da produção intelectual" (1980, p.34).

Assim, queríamos contribuir com este estudo para uma avaliação mais profunda dessa reforma e indicar algumas direções que pudessem, ao serem submetidas à crítica da comunidade acadêmica, imprimir novos rumos para o ensino superior brasileiro. Aprendemos no decorrer do processo que este aluno não está irremediavelmente "perdido", ele tem as possibilidades de gerar o antiproduto da Reforma Universitária e, talvez, a experiência do Ciclo Básico desenvolvida na Medianeira tenha sido para nós uma possibilidade mais efetiva de provar que vale a pena.

Consideramos, após esta trajetória, ser a Faculdade para este trabalhador-estudante um momento importante, nessa conjuntura, de reapropriação de um saber, gradativamente expropriado ao longo da escolaridade e que lhe permite uma relação diferente com o processo de conhecimento e com a sua prática no mundo do trabalho. Não ignoramos que tais propósitos encontram as mais variadas resistências; seria ingênuo afirmar que tais dificuldades residem apenas na política educacional, embora nela estejam suas determinações mais essenciais. Sabemos que as práticas cotidianas em sala de aula, o trabalho docente, e a relação professor-aluno e, principalmente, as características deste estudante são fatores a aprofundar tais resistências mas, de modo algum, se transformam em obstáculos intransponíveis.

Reafirmamos o nosso compromisso com mudanças na estrutura educacional que permitam introduzir alterações significativas nas condições de funcionamento do ensino superior. Acreditamos que a expansão e a melhoria da qualidade da escola superior pública sejam os únicos caminhos para a introdução de mudanças mais substantivas.

Por outro lado, sabemos que tais alterações transcendem o mundo da escola e atingem o universo do trabalho que, por sua vez, deverá oferecer condições para que os trabalhadores possam ter o direito mais pleno à educação. Só assim será possível pensarmos a democratização da cultura no seu sentido mais profundo.

Como qualquer processo de investigação, esta pesquisa não oferece um conhecimento definitivo, mas contribuições caracterizadas pelo seu caráter provisório. Procuramos muito mais abrir o debate do que concluí-lo, porque acreditamos ser esta a nossa possibilidade e a melhor contribuição que poderíamos oferecer neste momento para a avaliação da educação superior brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, M. Ventos do progresso: A universidade administrada. Debate, São Paulo, (8): 34, 1980. (Descaminhos da Educação Pós-68).

et al. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo, CEDEC; Paz e Terra, s.d. Educação Democrática. São Paulo. *1* (6)

FORACCHI, M. O estudante e a transformação da sociedade brasileira, São Paulo, Nacional, 1965.

MARTINS, J. S. apud BRANDÃO, C. R. Repensando a pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MARX, K. A questão judaica, São Paulo, Moraes, s.d.

MELLO, G. N. *Magistério de 1º grau:* da competência técnica ao compromisso político. São Paulo, Cortez, 1982.

MILLS, C.W. O "sucesso". In: A NOVA classe média. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

PRANDI, R. Os favoritos degradados. São Paulo, Loyola, 1982.